

Governo: Fusão não virá

Sarney condena frente e admite "alianças táticas" com partidos da Oposição

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, considerou ontem inteiramente impossível uma fusão dos partidos de Oposição, "que no momento estão dedicados a ocuparem os seus espaços numa tarefa de organização, e seriam prejudicados na própria definição dos seus quadros partidários se ocorresse neste instante um movimento de unidade".

Isso não afasta a possibilidade, conforme acrescentou, de que os partidos usem do legítimo direito que lhes é atribuído no sistema pluripartidário, realizando alianças táticas em torno de assuntos legislativos ou posições políticas. "O próprio PDS, inclusive, não está excluído de realizar essas alianças com um partido de oposição, quando interesses comuns em relação a determinada matéria justificarem essa atitude".

REFORMA

Ao concordar com declarações feitas ontem pelo vice-presidente Aureliano Chaves, Sarney defendeu a necessidade de examinar-se brevemente uma maneira de consolidar o texto constitucional através de uma reforma ampla, de forma a adaptá-lo à nova realidade nacional.

"A Constituição, acentuou, "está submetida a várias emendas, muitas das quais motivadas apenas por etapas políticas que o País atravessou. Daí a necessidade de um trabalho abrangente que possibilite realmente uma consolidação de nossa Carta Magna".

Abordado sobre a comentada intenção governamental de instituir o voto vinculado nas eleições gerais de 82, o presidente do PDS considerou prematura qualquer discussão no que se refere à legislação eleitoral, "porque a nossa tarefa no momento, e da qual não devemos nos desviar, é a estruturação dos novos partidos políticos".

A mesma argumentação é utilizada por Sarney quando perguntado sobre a instituição do voto distrital no sistema eleitoral brasileiro: "Mesmo que venha a



Sarney ri da "fusão"

ser adotado só o será nas eleições de 82, portanto o seu debate no momento é inoportuno. Nesse instante, as atenções devem estar todas voltadas para a organização partidária".

"Duvido da frente de oposição porque em matéria política não se pode fazer salada de frutas. E é impossível colocarmos todos os líderes - Arraes, Brizola, Paulo Brossard - no mesmo balaio, cesto ou panela". A declaração é do deputado Néelson Marchezan, líder do PDS na Câmara, e foi feita a respeito de uma possível união dos partidos de oposição, que o senador Jarbas Passarinho considera um disparate.

Para o deputado, essa frente de oposição, se tivesse de ser concretizada, exigiria antes que os partidos encontrassem doutrina e ideais comuns, já que até a reforma partidária estavam unidos em função de combater um Governo forte, baseado na força e no arbítrio, e esse Governo não existe mais.

Acrescentando outros itens ao pensamento do deputado Néelson Marchezan, o líder no Senado, Jarbas Passarinho, disse que não crê na possibilidade de frente das

oposições e nem a vê como algo concreto.

E ponderou: "É só verificar as duras agressões em que se envolveram as diversas oposições, de forma violentas". Segundo Passarinho, as discordâncias não são de humor, mas de formas ideológicas.

"É um verdadeiro disparate a esta altura falar-se na fusão das oposições", prosseguiu o líder do PDS no Senado. Todavia, ele considera inevitável que os partidos minoritários se entendam no Congresso em função de alguns pontos comuns.

Marchezan, contudo, acha difícil a hipótese, porque "colocar em só saco, para fazer oposição a um Governo forte, homens radicais de extrema direita, de esquerda, radicais e reacionários, não é tão difícil. Mas sem o motivo maior que os unia, seria inviável o entendimento doutrinário e ideológico deles.

O líder descarta também as acusações de que, com outros tipos de atrativos, tenha arremetido para o PDS homens com idéias e objetivos políticos antagônicos. Ele admite que realmente existam alguns com pontos

de vista contrários, mas não de modo a impedir o entendimento do partido ou a fracioná-lo.

De acordo com Marchezan, o que dificulta a frente das oposições é exatamente o fato de que o Governo mudou e a sua nova fase não permite mais que a união se faça por simples desejo de combater o AI-5, pedir anistia, exigir eleições diretas e outros benefícios concedidos ou em vias de sê-lo.

Desta maneira, restou a formação dos elos por objetivos, que Marchezan acha impossível existir no atual estágio da Oposição brasileira, na sua opinião fracionada demais para se unir em ideal comum.

Ele não acredita que elas superem as diferenças ideológicas programáticas de cada um dos partidos existentes hoje e, derubados os fatos maiores e de combatividade fácil, seria preciso chegar a um afinamento maduro, intelectualizado e doutrinário que não lhe parece viável.

Então, continuou, posso afirmar que as mesmas razões que no passado uniram a Oposição dentro do MDB vão impedir o entendimento dos partidos existentes agora: um partido precisa de comunhão de idéias desnecessárias para combater, porém indispensáveis para afinar.

Também acha dispensável refutar os argumentos da Oposição segundo os quais a frente seria necessária para reagir à maioria que o Governo reuniu no PDS. Para Marchezan, o Governo manteve a maioria que já possuía e também não ficou com a parte do leão. Coube-lhe o que conquistara antes.

Ele terminou repudiando as acusações de que a reforma partidária teria sido feita com o objetivo de dividir as oposições: "É preciso que os partidos encontrem outros objetivos. E duvido que os de Gregório Bezerra sejam os mesmos de Brizola".